

Tábua cronológica^{1/2}

Âmbito cronológico da Alta Idade Média

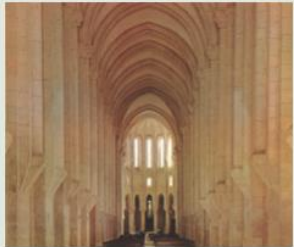
Esta tábua cronológica constitui-se como um material indispensável para que o aluno, ao longo do estudo dos autores e produções medievais, se situe e se instale numa época longínqua, e adquira (ou relembre) conhecimentos relativos às origens históricas, sociais e culturais de Portugal, estabelecendo uma comparação com o que foi acontecendo na Europa, entre os séculos XI e XV.

1050	Concílio de Roma – a nomeação do Papa passa a ser feita pelos bispos cardeais e depois aprovada pelo clero inferior e pelos leigos.
1095-1099	O Papa Urbano II solicita a ajuda dos reis da Europa para tomar a Terra Santa aos infiéis; inicia-se, assim, a 1.ª Cruzada.
1100	Data provável da célebre <i>Chanson de Roland</i> (cujo autor se desconhece); narra-se a derrota de Carlos Magno frente aos Árabes. Esta canção de gesta e outras pertencentes ao ciclo carolíngio foram conhecidas bastante cedo, na Península Ibérica, exercendo influência em lendas e romances populares. A denominada escola provençal de poesia teria tido o seu início à volta desta data (provavelmente até um pouco antes), na região de Langue d’Oc, e a sua influência cedo se fez sentir quer no Norte da França, denominada região de Langue d’Oil, quer na Península Ibérica. Uma grande parte dos trovadores eram grandes senhores da nobreza, como Guillaume IX de Poitiers ou Jaufré Rudel.
1128-1185	Reinado de D. Afonso Henriques, 1.º Rei de Portugal.
1131	Fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o centro cultural mais importante do princípio da nacionalidade.
1140	Data provável da escrita do <i>Cantar de Mio Cid</i> – quase o único exemplo da poesia heroica popular castelhana que chegou até nós. Há uma cópia de 1307, da autoria de Pedro Abade. Primeiras poesias cultivadas em ambiente cortês, na França do Norte – Langue d’Oil –, de influência provençal. O trovador mais célebre é Thibaud, conde de Champagne e de Brie, rei de Navarra.
1143	Independência de Portugal, a partir da assinatura do Tratado de Zamora. Afonso VII de Leão e Castela reconhece a Afonso Henriques o título de Rei, que a si próprio já o conferira antes desta data.
1147	Conquista de Lisboa aos Mouros, em que participaram cruzados flamengos e anglo-normandos. Início da 2.ª Cruzada, cujo objetivo era a conquista de Damasco e de algumas cidades da Ásia Menor.

1 – Muitas das datas indicadas são apontadas como prováveis, dada a escassez de documentos desta época.

2 – As obras consultadas para a elaboração desta tábua foram, sobretudo: CASTEX, P.-G. et al. – *Manuel des études littéraires françaises, Moyen âge*, Paris,

Librairie Hachette, 1967. RODRIGUES, António Simões – *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994. SARAIVA, José H. – *Os factos essenciais da História de Portugal*, Fundação, Jornal do Fundão Editora, 1975.

1150	A par da literatura cortês cultivada inicialmente na Provença, surgem, na França do Norte, os <i>fabliaux</i> , pequenas narrativas em verso de caráter cômico e anedótico.	
1152	D. Afonso Henriques manda fundar o Mosteiro de Alcobaça da Ordem de Cister, um dos maiores centros de cultura deste período. Muitas das traduções de obras latinas, conhecidas nos séculos posteriores, tiveram origem neste Mosteiro.	
1165	Data provável do <i>Roman de Troie</i> , escrito por Benoît de Saint-Maure, uma das novelas de cavalaria mais célebres, pertencente ao ciclo clássico. Há pequenos excertos traduzidos das novelas deste ciclo no <i>IV Livro de Linhagens</i> (vd. 1340-1344). As novelas de cavalaria proliferaram por toda a Europa desde o século XII até finais do século XVI.	
1165-1190	Em França, Chrétien de Troyes, iniciador do romance cortês em <i>langue d'oïl</i> e o mais célebre escritor deste período, escreveu entre estas datas a sua obra romanesca, da qual se destacam, pela sua influência posterior, <i>Lancelot – le chevalier de la charrette</i> e <i>Percival</i> , que inaugurará o ciclo do Graal.	
1170	As lendas e romances do ciclo arturiano começaram, a partir desta data, a ser lidos na Península Ibérica. Os títulos mais conhecidos são a <i>Demanda do Santo Graal</i> , o <i>Livro de José Arimateia</i> e a <i>História de Vespasiano</i> . O célebre romance onde se narra o amor trágico de Tristão e Isolda (<i>Tristan et Iseut</i>), que deu origem a numerosas versões estrangeiras ao longo dos séculos, teria sido escrito, por esta data, por um clérigo erudito francês cujas obras se perderam.	
1185-1211	Reinado de D. Sancho I.	
1187	Conquista de Jerusalém pelos turcos.	
1189-1192	A 3.ª Cruzada permitiu ao Rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, a tomada provisória de Jerusalém.	
1192	D. Sancho I doa 400 morabitinos a Santa Cruz de Coimbra para que os seus monges possam ir estudar em França. <i>O Auto ou Notícia de Partilhas</i> é considerado o mais antigo documento em prosa escrito em língua portuguesa . Consiste numa partilha de bens entre quatro irmãos.	
1193	Data de um documento onde se alude a um arremedilho (imitação burlesca de pessoas ou de situações) representado na corte de D. Sancho I. Constitui a primeira prova da existência de uma tradição teatral de caráter profano que remonta quase aos primórdios da nossa nacionalidade.	
1198	Data provável do mais antigo texto literário em galaico-português – a cantiga denominada <i>guarvaia</i> (capa ou manto de luxo), da autoria de Paio Soares de Taveirós. A destinatária da cantiga é D. Maria Pais Ribeiro, conhecida por “A Ribeirinha”, favorita do Rei D. Sancho I. O Papa Inocêncio III (o Papa mais célebre do século XIII) promulga a 4.ª Cruzada, com o objetivo de tomar o Egito. A cidade de Constantinopla foi tomada aos Turcos.	
1200	Início do processo de criação da Universidade de Paris. Em 1212, foram aprovados os primeiros estatutos.	

	Os feitos de armas do Rei Artur e dos seus cavaleiros na conquista da Bretanha originam um ciclo de lendas que serão traduzidas por escrito nos finais do século XIII, nos célebres <i>romances de cavalaria</i> . Os temas desses romances ficaram conhecidos como a <i>matéria da Bretanha</i> .	
1208-1210	Conflitos entre o rei D. Sancho I e os bispos de Coimbra e do Porto. Revolta dos burgueses da cidade do Porto contra o Bispo.	 Árvore genealógica dos primeiros reis de Portugal
1210	Os primeiros cronistas franceses – Villehardouin e Robert de Clari – narram os acontecimentos da 4.ª Cruzada.	
1211-1223	Reinado de D. Afonso II.	
1214	Data do Testamento de D. Afonso II, exemplo de documento notarial, escrito em português .	
1216-1217	As Ordens dos Franciscanos e dos Dominicanos estabelecem-se em Portugal.	
1218	Início do processo da criação da Universidade de Salamanca, um dos mais importantes focos culturais da Alta Idade Média. Só em 1239 serão aprovados os seus estatutos. Início da 5.ª Cruzada, cujo objetivo foi o de tentar de novo a conquista do Egito.	

1223-1248	Reinado de D. Sancho II.	
1225	Nesta data surge, em França, um vasto conjunto de romances do ciclo Graal-Lancelot, onde é utilizada a prosa, pela primeira vez, no género romanesco. Este conjunto é constituído por cinco partes que desenvolvem a lenda completa do Graal: <i>A história do Santo Graal</i> , <i>A história de Merlin</i> , <i>O livro de Lancelot do Lago</i> , <i>A procura do Santo Graal</i> e <i>A morte do rei Artur</i> .	
1228	Frederico II da Alemanha dá início à 6.ª Cruzada, tentando negociar, sem sucesso, a livre circulação de peregrinos em Jerusalém.	
1231	Morte de Santo António, canonizado no ano seguinte.	
1245	Deposição de D. Sancho II a favor de seu irmão Afonso III, por bula do Papa Inocêncio IV, facto que originou uma guerra civil. Estes acontecimentos aparecem documentados na poesia satírica trovadoresca.	
1245-1279	Reinado de D. Afonso III. Este rei foi casado com D. Beatriz, filha natural de Afonso X, o Sábio.	
1248-1254	Sétima Cruzada. Luís IX, rei de França, tenta reconquistar a Terra Santa a partir do Egito, mas é feito prisioneiro.	
1249	Conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III.	

1253-1284	Reinado de Afonso X, o Sábio, rei de Castela, grande animador de um círculo poético frequentado pelos melhores trovadores e jograis galego-portugueses; ele próprio notabilizou-se como trovador e prosador.	
1270	Início da 8.ª Cruzada – os cruzados tentam conquistar Cartago, mas a peste bubónica dizimou o acampamento dos cristãos.	
1276	O médico português Pedro Hispano, professor de Medicina e Lógica em universidades estrangeiras, é eleito Papa, com o nome de João XXI.	

1279-1325	Reinado de D. Dinis. Este rei (neto de Afonso X de Castela), para além de ser um dos mais fecundos trovadores do seu tempo, implementou uma série de medidas de caráter cultural, entre as quais se destacam numerosas traduções, quer de textos de edificação religiosa quer jurídica e científica, que ele ordenou que se fizessem.
1280	Data provável do romance <i>Amadis de Gaula</i> , se se aceitar a autoria portuguesa de Vasco Lobeira. Existe controvérsia quanto à autoria deste romance de cavalaria. A primeira versão que se conhece está escrita em castelhano e data de 1508. A autoria portuguesa foi referida pelo cronista Gomes Eanes de Zurara, atribuindo-a a Vasco Lobeira, trovador do século XIII.
1285-1354	Período em que decorre a vida de D. Pedro, Conde de Barcelos (1.º título nobiliárquico existente em Portugal, atribuído pela primeira vez, por D. Dinis, a D. João Afonso Teles de Menezes), filho bastardo de D. Dinis, protegido pelo rei, que, por testamento, lhe deixou amplas doações.
1290	D. Dinis funda a 1.ª Universidade portuguesa, com o nome de <i>Studium Generale</i> de Lisboa, por bula do Papa Nicolau IV. A iniciativa da fundação destes Estudos Gerais partira do clero. Esta universidade foi concebida segundo o modelo da Universidade de Bolonha.
1306	Mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra, por decisão de D. Dinis, devido a desentendimentos entre os estudantes e a população de Lisboa.

1307	Dante (1265-1321), poeta italiano precursor do Renascimento, inicia a redação da <i>Divina Comédia</i> , obra que viria a exercer uma grande influência em Portugal, patente já nas composições poéticas do <i>Cancioneiro Geral</i> , de Garcia de Resende.
1314	Conflitos entre D. Dinis e o filho Afonso, futuro rei D. Afonso IV.
1315	Fundação da Ordem de Cristo.
1325	Morte de D. Dinis; o declínio da poesia trovadoresca começa a fazer-se sentir a partir desta altura.
1325-1357	Reinado de D. Afonso IV.
1328	Início da Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. Afonso IV de Portugal alia-se à Inglaterra, mantendo relações diplomáticas e acordos comerciais com a coroa inglesa.
1338	O rei D. Afonso IV decidiu que a Universidade, sediada em Coimbra por decisão de seu pai, devia regressar a Lisboa.
1340	Batalha do Salado – Castela, Aragão e Portugal unem-se contra o avanço marroquino. Para a vitória cristã muito contribuiu a ação do rei português, D. Afonso IV.



Expedição militar do século XIV sob os auspícios da Igreja

1340-1344	Redação do <i>Livro de Linhagens</i> , do Conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis. Este livro, de natureza histórica, considera-se o primeiro de cunho literário, escrito em prosa.
1344	<i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i> cuja iniciativa de redação é atribuída a D. Pedro, Conde de Barcelos. É a mais antiga compilação histórica em língua portuguesa.
1345	O Rei chama a si a jurisdição da cidade do Porto, que pertencia ao Bispo.
1348	Morte de D. Constança, esposa de D. Pedro, príncipe herdeiro. A partir desta altura, D. Pedro julga ter condições para poder casar com Inês de Castro, dama galega por quem se tinha apaixonado.

	Boccaccio, escritor italiano, escreve o <i>Décameron</i> , um conjunto de contos que conheceu muitas traduções e adaptações ao longo dos séculos.
1349	Em Portugal viveu-se um período de crise social, agravada pelo surto de peste negra que causou muitas vítimas.
1351	O Infante de Portugal, D. Pedro, filho de D. Afonso IV, tenta obter do Papa uma bula de dispensa que lhe permitisse o casamento com Inês de Castro. O casamento não era permitido pela Igreja, visto que Inês de Castro era madrinha de um dos filhos que D. Pedro tivera do seu casamento com D. Constança.
1354	Morte de D. Pedro, Conde de Barcelos, último grande cultor da lírica trovadoresca. O rei D. Afonso IV ordena nova transferência da Universidade de Lisboa para a cidade de Coimbra.
1355	Condenação à morte e execução de D. Inês de Castro, ordenadas por D. Afonso IV, por razões de Estado. Os Castros, família poderosa da Galiza, estavam em guerra contra Pedro I, o Cruel, de Castela, e temia-se que D. Inês influenciasse D. Pedro a imiscuir-se nos assuntos de Castela. Este episódio deu origem a vários textos literários (<i>Trovas</i> , de Garcia de Resende; tragédia <i>Castro</i> e episódio de <i>Os Lusíadas</i> , entre outros).

1357-1367	Reinado de D. Pedro I. Este reinado foi dominado pelo desejo de vingança contra os implicados na morte de Inês de Castro.
1361-1363	Novo surto de peste em Portugal.
1367-1383	Reinado de D. Fernando I.
1370	Data da divulgação do <i>Canzoniere</i> , de Petrarca (1304-1374), poeta italiano precursor do Renascimento, cujos sonetos de amor influenciaram os nossos poetas, sobretudo Camões.
1377	O rei D. Fernando I transfere, de novo, a Universidade de Coimbra para Lisboa.
1377-1417	Período em que tiveram lugar os acontecimentos que conduziram ao Cisma do Ocidente – conflito no seio da Igreja Católica do qual resultou uma cisão que se traduziu na existência de dois papados, um sediado em Roma e outro em Avignon.
1380-1460	Período em que decorre a vida de Fernão Lopes, o mais célebre cronista medieval, considerado o pai da moderna historiografia portuguesa.
1383	Regência de D. Leonor Teles, viúva do rei D. Fernando.
1383-1385	Crise político-social que levará ao trono D. João I, Mestre de Avis.

1385	Realização das Cortes de Coimbra, onde o Mestre de Avis, filho de D. Pedro, é aclamado Rei de Portugal.
1385-1433	Reinado de D. João I. Vitória do Rei e das forças que lhe eram fiéis sobre o rei de Castela e alguns nobres portugueses que a ele se aliaram, em Aljubarrota, em 1385.
1398	Início da construção do Mosteiro da Batalha, uma joia do estilo gótico português. D. João I procurou perpetuar o triunfo das forças burguesas sobre as aristocráticas, em Aljubarrota, mandando construir este mosteiro, cujo traçado inicial foi concebido por um arquiteto português, Afonso Domingues, e depois continuado por um francês, mestre Houguet.

1400	No início do século XV, inicia-se o denominado período da poesia palaciana e dos cronistas . Divulgação das poesias de Chaucer, poeta inglês que influenciou a poesia europeia. Froissart, célebre cronista francês, escreve as suas obras históricas.
1412	D. Duarte, filho mais velho de D. João I, inicia a escrita do <i>Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda a Sela</i> , que continuará a redigir até à data da sua morte, deixando-o inacabado.
1415	Conquista de Ceuta. Este feito constituiu o início do projeto da conquista do norte de África.
1415-1433	Entre estas datas, D. João I escreveu o <i>Livro da Montaria</i> , espécie de tratado sobre a caça ao porco-montês.
1418-1433	Redação da obra <i>Virtuosa Benfeitoria</i> , atribuída ao Infante D. Pedro, filho de D. João I. Obra de intenção social e ética, dedica uma especial atenção à educação da nobreza, sobretudo dos príncipes.
1418	Fernão Lopes é nomeado guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo (o arquivo nacional). Descoberta de Porto Santo.
1419-60	Ocupação e colonização das ilhas do Atlântico.
1422-34	Descoberta da costa de África até ao Cabo Bojador.
1425	Início da colonização da Ilha da Madeira.
1427	Descoberta das ilhas do arquipélago dos Açores.
1431	Processo e execução de Joana d'Arc.
1433-1438	Reinado de D. Duarte.
1434	D. Duarte cria o cargo de cronista-mor do reino, nomeando Fernão Lopes para essas funções. Gil Eanes consegue passar o Cabo Bojador, depois de várias tentativas falhadas.
1437	Expedição desastrosa a Tânger: o Infante D. Fernando, filho de D. João I, é feito refém, juntamente com os seus companheiros.
1437-1438	D. Duarte redige o <i>Leal Conselheiro</i> , livro de intenção ética, espécie de código moral para a nobreza.
1438-1439	Regência de D. Leonor de Aragão. Oposição dos burgueses aos poderes dos nobres.
1439-1448	Regência de D. Pedro, duque de Coimbra.
1440	Data provável da invenção da Imprensa (impressão através de caracteres móveis) por Gutenberg, impressor alemão. Esta invenção constituiu uma autêntica viragem no processo de difusão e assimilação dos bens culturais.
1443	O Infante D. Pedro, regente do Reino, manda fundar uma segunda universidade, justificando tal medida com o facto de muitos portugueses sentirem necessidade de frequentar as universidades estrangeiras para aprofundarem os seus estudos. Esta segunda universidade não virá a funcionar, embora tivesse sido novamente decretada em 1450.
1448-1481	Reinado de D. Afonso V.
1449	Batalha de Alfarrobeira, que opõe o rei Afonso V ao Infante D. Pedro, ex-regente do Reino; nesta batalha, D. Pedro perde a vida.

1453	Tomada de Constantinopla pelos Turcos. Esta data é considerada pelos historiadores como a que marca o fim da Idade Média.
1454	Fernão Lopes é aposentado do cargo de cronista-mor do reino e substituído por Gomes Eanes de Zurara.
1454-1468	Gomes Eanes de Zurara escreve as suas cónicas: de D. João I (3ª parte), conhecida por <i>Crónica da Conquista de Ceuta</i> , <i>Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné</i> , <i>Crónicas de D. Pedro</i> e de <i>D. Duarte de Meneses</i> .
1460	Descoberta de algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Morte do Infante D. Henrique, filho mais velho de D. João I e um dos mentores e impulsionadores dos Descobrimentos.
1481	Início da Inquisição em Espanha. Torquemada, inquisidor-mor, torna-se célebre pela violência das perseguições e execuções por ele ordenadas. Reinado de D. João II (1481-1495).
1487	Bartolomeu Dias consegue ultrapassar o Cabo da Boa Esperança, na ponta austral da África. Camões imortalizará este feito no célebre episódio do Adamastor n' <i>Os Lusíadas</i> .
1492	Expulsão dos judeus de Castela; muitos deles refugiaram-se em Portugal. Cristóvão Colombo empreende a sua primeira viagem ao serviço dos Reis Católicos de Espanha.
1494	Em Portugal, imprimem-se os primeiros textos com tipos móveis. Assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Castela, após longas e complicadas negociações; este acordo entre as duas coroas assegurou a Portugal os benefícios da passagem do Cabo da Boa Esperança, bem como a posse futura do Brasil.
1495	Reinado de D. Manuel I (1495-1521).
1498	Vasco da Gama chega à Índia, empreendendo a primeira viagem marítima de ligação do Ocidente ao Oriente.
1500	Pedro Álvares Cabral aporta em Terras de Santa Cruz, constituindo esta data a da descoberta oficial do Brasil.

Proposta de atividades

Sem prejuízo de muitas outras leituras que, com certeza, terá necessidade de fazer desta tábua cronológica, aquando das abordagens dos autores e textos medievais que constituem este módulo, propomos-lhe que teste os conhecimentos adquiridos, procurando elementos (factos, datas, personalidades...) que comprovem as afirmações seguintes:

1. Na Idade Média, o poder da Igreja sobrepunha-se ao poder temporal dos reis e fez-se sentir em diferentes domínios.
2. A cultura medieval tem um cunho essencialmente eclesiástico.
3. A influência da cultura francesa na Península Ibérica data do tempo de Carlos Magno.
4. A poesia trovadoresca floresceu em Portugal, na Galiza e em Castela, desde os finais do século XII até meados do século XIV.

5. A poesia de cunho literário antecedeu a prosa literária.
6. A tradição teatral em Portugal remonta aos primórdios da nacionalidade.
7. O processo de secularização da cultura medieval iniciou-se nos finais do século XIII.
8. “A fecundidade da poesia lírica do século XIII contrasta com a penúria da prosa literária em igual período” (Rodrigues Lapa).
9. O processo de fixação da universidade portuguesa não foi pacífico.
10. A partir do século XIV, começa a fazer-se sentir a influência da cultura italiana.
11. Em Portugal, a grande aventura marítima do século XV foi antecedida pelas tentativas de conquista do norte de África.
12. D. João I e os seus filhos (início da dinastia de Avis) deram um grande contributo para o incremento e difusão da cultura.
13. A prosa doutrinal e a prosa histórica atingiram um período áureo no século XV.

Uma harmonia do Mundo centrada em Deus: um conceito fundamental na Idade Média

Há aqui que realçar um conceito fundamental que percorre todos os níveis do universo medieval, estabelecendo a comunicação entre eles: a harmonia do mundo, a música das esferas. Os próprios três níveis dessa harmonia a que Boécio¹ se refere (*mundana, humana, instrumentalis*) mostram como esta comunicação é possível porque todos os níveis do real e da vida lhe estão submetidos. Atuar a um nível permite, assim, atuar nos outros e alargar o espaço de intervenção do humano até à totalidade da Ordem Universal. Ora, é essa possibilidade globalizante que os medievais vão explorar, nomeadamente na literatura, através do símbolo, porta fundamental para a circulação do sentido desde o quotidiano visível, imediato e banal (e não real, dado que a verdadeira realidade atuante é o mundo dos arquétipos, das ideias divinas) até à Ordem Universal, personalizada em termos de divindade. A procura de etimologias fantasiosas, cujo expoente máximo é S. Isidoro de Sevilha, insere-se dentro do mesmo tipo de tentativa de abrir o imediato visível – neste caso a “carne” das palavras – a uma procura da sua essência.

Com S. Isidoro encontramos uma outra manifestação desta necessidade medieval de se construir um espaço cultural maximamente aberto: a procura da origem das línguas na divindade. Deus teria dado a Moisés, no Sinai, o alfabeto, juntamente com as Tábuas da Lei.

Como tudo se origina em Deus, o grande esforço cultural dos homens deve ser o de percorrer o caminho inverso, de modo a reencontrar Deus, ou seja, a Origem onde a verdade e a realidade *são*. Com esse esforço, os homens, partidos do imediato, percorrem todos os níveis da vida, estabelecendo assim a circulação do sentido desde o nível mais estreito do quotidiano visível dos homens até ao mais largo da

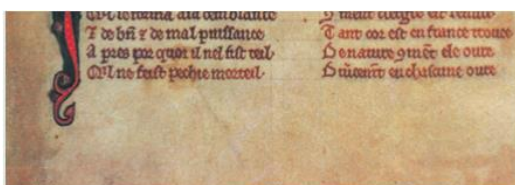
1 – Boécio: filósofo dos séculos V-VI, a sua obra representa uma ponte entre a cultura antiga (greco-romana) e a cultura cristã medieval. Escreveu um

tratado sobre a harmonia do universo, intitulado *De musica* (Nota das autoras).



Ordem Universal (Deus)². É esse o fundamento do *esforço da cultura*, a construção de um espaço cultural maximamente largo e que os textos pretendem reconstruir nos vários níveis de significação a que devem ser lidos – e a Bíblia começa por ser disso exemplo ao comportar quatro níveis de sentido: histórico, alegórico, moral e anagógico.

O século XII francês parece-me ser o expoente máximo da codificação simbólica dos textos (poesia provençal e romance cortês). A partir do século XIII, o símbolo “enfraquece” em jogo de alegorias e o texto começa a explicar ele próprio a chave da sua *senefiance*, graças a personagens (muitas vezes eremitas) que explicam ao herói o sentido do que acaba de viver, e graças à proliferação de personificações (*personificatio*), figura de estilo que consiste em dar consistência de personagens a entidades morais, tornando assim o jogo excessivamente visível, logo mais fraco. (...)



Conceção do Universo para o Homem medieval. Cosmos, ordem perfeita, círculos dentro de círculos, uma harmonia hierarquizada de esfera. Cinco esferas sublunares (as dos homens e diabos); oito esferas sublestes (a Lua, Mercúrio, Vénus, o Sol, Marte, Júpiter, Saturno e as estrelas); seguidamente, o céu e, por fim, duas esferas misteriosas

Ora, começando a literatura portuguesa no século XIII-XIV, esse desfasamento vai “empobrecer” a literatura portuguesa do grande momento da “pregnância simbólica” do romance do século XII. (...) Curiosamente, é na *Crónica Geral de Espanha de 1344* e no *Livro de Linhagens*, do Conde D. Pedro, que as narrativas aí reunidas são construídas como um espaço textual de funcionamento simbólico e não alegórico.

(...) O espaço textual medieval é, assim, um espaço amplo, complexo, que no limite pretende abrir o quotidiano à vastidão máxima do espaço divino – e essa é uma

função e um desígnio maximamente estéticos porque neles se equilibra a banalidade temporal do quotidiano (da história) com a atemporalidade que na Ordem Universal se manifesta. Todas as épocas têm o seu modo de realizar a estética e a Idade Média fá-lo fundamentalmente por esta abertura, *orientada*, do seu espaço textual.

Hélder Godinho, *Prosa Medieval Portuguesa*

Proposta de atividades

1. Explique como procuravam os homens medievais atingir a “harmonia do mundo” que eles ambicionavam construir.
2. **O símbolo é a chave que permite aceder do mundo “quotidiano visível” ao mundo das ideias.**
 - 2.1. Propomos-lhe uma releitura deste texto depois de ter lido a poesia lírica trovadoresca e os excertos de prosa medieval, assim como os textos críticos. Na leitura dos textos poéticos e em prosa, atente nas contínuas invocações e dedicatórias a Deus, na simbologia de alguns tópicos das cantigas de amigo, na codificação presente nas cantigas de amor e ainda na simbologia das lendas medievais. Faça um levantamento desses símbolos e interprete-os.

2 – Julgo que o pretender levar as genealogias até aos primeiros homens, de grandeza bíblica, reflete o

mesmo esforço do reencontro com Deus.

A cultura portuguesa na Idade Média

Existiram escolas nas igrejas catedrais portuguesas, pelo menos desde o século XI. Embora o seu objetivo primacial fosse a preparação de futuros clérigos, não pode esquecer-se o papel que tiveram no enquadramento geral da educação pública. Além destas escolas catedrais, funcionavam ainda escolas conventuais em muitos mosteiros e conventos. Em ambos os tipos de escola, as matérias ensinadas mostravam-se muito semelhantes: Gramática (isto é, ler e escrever latim), Dialética (isto é, lógica), Arte de Contar e, evidentemente, tudo o que se relacionasse com a fé e a liturgia.

Em 1288, um grupo de clérigos solicitou do papa Nicolau IV a confirmação da criação de uma Universidade, que tinham estabelecido em Lisboa de comum acordo com o rei. Sugerida pela Igreja e financeiramente mantida pela Igreja também, a Universidade destinava-se a constituir uma espécie de seminário para futuros clérigos. Só a pouco e pouco é que os laicos foram entrando nela.

Comparada com as universidades de Itália, França ou Inglaterra, a Universidade portuguesa não surgiu demasiado cedo. Mesmo em Castela haviam sido criadas universidades anteriormente. Contudo, em contraste com outros países marginais da Europa como os da Escandinávia, a Escócia e os Estados eslavos – ou com a Alemanha, Portugal veio muito à frente, o que implicava a existência de uma vida cultural assaz desenvolvida para o tempo. É verdade que nunca foram grandemente favoráveis as condições para que a Universidade prosperasse. Teve sempre pouco prestígio, tanto em Portugal como no estrangeiro. Não evitou a saída de estudantes para universidades estrangeiras, nem a qualidade dos seus professores atraiu estudantes de fora do País. Para fins locais, contudo, a Universidade revelou-se indubitavelmente útil, preparando alguns clérigos de melhor qualidade, advogados, notários e uns quantos médicos.

Muito mais importante do que a cultura oficial, transmitida pelas escolas e pela Universidade, foi aquela que nobres, clérigos e até leigos obtinham noutras partes. Em muitas casas senhoriais estavam presentes professores, importados muitas vezes do estrangeiro. Sacerdotes e frades com alguma cultura eram companheiros diários das cortes, tanto laicas como eclesiásticas. É bem sabido que as cortes reais, pelo menos a partir do reinado de D. Sancho I (1185-1211), acolheram jograis que viajavam pelo País ou vinham mesmo de além-fronteiras, revelando-se focos de cultura, especialmente de poesia e de música.

As origens desta cultura, dita trovadoresca, têm sido muito discutidas. Embora a influência francesa haja provavelmente desempenhado papel decisivo, quer por introdução direta da França quer via Catalunha e a Corte aragonesa, parece não haver dúvida de que a tradição islâmica no sul – que, por sua vez, influenciou também a França – deu aos trovadores portugueses e à sua expressão poética uma forma extremamente original. A grande época de cultura trovadoresca foi o século entre 1250 e 1350, mas a existência de composições muito anteriores sugere um longo período de incubação que pode recuar ao século XII ou até anteriormente. Autores galegos, leoneses e castelhanos concorriam com os naturais do País. A cultura trovadoresca, contudo, não se restringiu a Portugal, difundindo-se também pelas cortes real e senhoriais castelhanas, onde os poetas portugueses rivalizavam com os seus colegas estrangeiros.

Os trovadores eram geralmente nobres. Os próprios reis D. Sancho I e D. Dinis incluíram-se entre eles. Compunham ou, pelo menos, escreviam as palavras para as canções que os jograis – homens do povo, mouros, judeus e alguns nobres de condição inferior – cantavam depois. Era igualmente de nobres, na sua grande maioria, o público ouvinte.

A linguagem de todos estes poemas era o português, resultado da simbiose do galego-português com o lusitano-moçárabe. O desenvolvimento cultural ajudou a aperfeiçoar o português

como língua e a fazê-lo apto para o seu papel nacional. Nos meados do século XIII, o português usava-se já como idioma de muitos documentos públicos e privados. Em finais do mesmo século, foi oficialmente adotado como língua escrita do País, substituindo o latim, e rapidamente tomou o lugar deste último, até em documentos eclesiásticos. Se tivermos em conta a época tardia em que muitas línguas vernáculas da Europa foram adotadas como idioma oficial, podemos avaliar como o português amadureceu num período de tempo relativamente curto.

Além da poesia, as outras formas literárias desenvolveram-se comparativamente muito menos. Na prosa literária, os Portugueses vinham atrás dos Castelhanos ou dos Aragoneses, com uma historiografia bastante primitiva antes de meados do século XV.

A única grande produção foi uma espécie de romance de cavalaria chamado *Amadis de Gaula* (século XIV), cuja autoria portuguesa, aliás, se discute.

Grande parte, se não a maioria, do imenso espólio acumulado por reis e senhores durante o saque da *Reconquista* foi investida em construções religiosas. Este facto explica o tremendo surto de catedrais, abadias, igrejas paroquiais e capelas num país relativamente pobre como era Portugal. Também explica por que motivo a grande época das construções correspondeu aos 100 anos entre os meados do século XII e os meados do século XIII. É interessante verificar que a maior parte dos monumentos desse tempo revela o carácter militar da *Reconquista* e a necessidade de defesa. São edifícios volumosos e sólidos, providos de ameias e dispostos de poucas aberturas, à maneira de castelos. Na realidade, serviam muitas vezes como tal.

Do ponto de vista artístico, o estilo *românico* declinou até ceder o lugar ao novo estilo gótico. Na arte, esta mudança traduziu a resposta às condições cambiantes da economia e da sociedade. Irradiando de França, em meados do século XII, o gótico não alcançou logo os países mais distantes. Quando chegou a Portugal, havia já muitos anos que a maioria das catedrais e dos edifícios religiosos se achava em construção. O resultado foi compromisso atrás de compromisso: estruturas híbridas, capelas góticas ou decorações góticas acrescidas mas, em muitos casos, a manutenção de uma estrutura de base românica. O gótico puro só tarde competiria com o românico, tanto em número como em grandiosidade de edifícios.

A. H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*

Proposta de atividades

1. O texto do historiador Oliveira Marques ajuda-o a situar-se no Portugal medieval e a compreender as principais coordenadas que enformaram a sua vida cultural.
 - 1.1. Depois de uma leitura cuidada, distinga, anotando numa folha, as informações mais relevantes, relativas:
 - ao ensino religioso e à sua progressiva laicização;
 - ao papel das universidades e professores estrangeiros;
 - à origem da “cultura dita trovadoresca”;
 - aos estilos das manifestações arquitetónicas.

A Língua

A língua é sociabilidade, idiosincrasia, prisma do Mundo, unificação de sentimentos e de esforços. O laço mais eficaz de uma identidade. Quando os homens, na sua insânia, quiseram escalar o céu e, porventura, substituir-se aos deuses, diz o mito que só houve um meio de os fazer parar: confundir-lhes a língua. Foi o que fez Javé (*Génese*, XI, 7). E Babel ficou desde isso como sítio da dispersão, do desentendimento, das lutas e das guerras; e como berço das nações. Na raiz da concórdia e da solidariedade está o verbo. E, então, as realizações nacionais são os resíduos das ambições pré-babélicas. Não mais escalar os céus; civilizar as terras, em pequenino, isso sim. Babel é um *memento homo* (que o homem de hoje, século XX, 1992, paradoxalmente acata e contesta).

Em 1325, a língua portuguesa estava praticamente feita. Não são precisos conhecimentos excepcionais para se entender a mensagem dos cancioneiros e das crónicas e das leis. Atualizando a ortografia e a pontuação dos textos e munindo-nos de um dicionário mínimo – que em geral consistirá em traduzir o popular de Entre Douro e Minho e Galiza de hoje para o dizer erudito – tudo se entende. Bem, desde que nos coloquemos, obviamente, no contexto sociocognitivo dos enunciados. Como em tudo que é discurso. As outras línguas novilatinas, comparadas com as suas formas atuais, estavam muito mais atrasadas.

O português é essencialmente galego-português, enriquecido de vocabulário e fonética moçárabes. Expandiu-se conforme as linhas quase rigorosas da Reconquista. Excluindo a reduzida área do mirandês, ocupou todo o território, polifacetando-se numa riqueza dialetal notória – o berço galego-portugalense, Coimbra, Viseu, Lisboa, Alentejo e Algarve. Depois as ilhas atlânticas; depois o Brasil; depois a África; e Timor; e o Mundo. A língua portuguesa e as beldades mulatas são, se calhar, as definitivas vitórias da colonização lusitana.

No período do nosso estudo, o português é a língua do quotidiano, a língua das leis, a língua da escrita, a língua dos tratados, da literatura e da poesia. Com D. Duarte é introspeção e com Fernão Lopes é movimento e vida. Nas cortes é denúncia, reivindicação, arguição política. Nos cancioneiros é sarcasmo e lirismo. Enfim, uma língua madura. Em 1500 a sua fisionomia, escreveu António José Saraiva (1982, p. 51), está fixada.

José Mattoso (dir.), *História de Portugal*

Proposta de atividades

1. A estrutura do extrato transcrito obedece à de um texto expositivo-argumentativo.
 - 1.1. Determine os limites da introdução, do desenvolvimento e da conclusão, sintetizando o conteúdo de cada parte numa frase nominal.
 - 1.2. Explique o motivo por que o autor se terá alongado na introdução.
 - 1.3. Elabore um esquema, em forma de tabela de dupla entrada (por exemplo), onde registre as informações relativas ao tempo e ao espaço, necessárias para compreender a evolução e expansão da língua portuguesa.

Sumário histórico da formação da língua portuguesa

1. A expansão do Império Romano, que abrange quase toda a Europa desde a Península Ibérica até ao Mar Negro, caracterizou-se por uma fase construtiva que sucedeu à fase da conquista e poderemos designar por **Romanização** do Império. O génio romano preocupou-se por impor a sua cultura e a sua civilização, conjugando-a com as culturas preexistentes. O veículo fundamental da Romanização foi a própria *língua dos Romanos*, que pouco a pouco foi substituindo, sobrepondo-se e fundindo-se com os falares dos *povos* habitantes das diversas regiões do Império. Essa fusão, pois, do Latim com as línguas pré-romanas é um dos fatores que explicam a diferenciação entre as línguas românicas provenientes da evolução ulterior do latim. Entre este – a língua-mãe – e essas línguas – o português, o castelhano, o francês, o italiano e o romeno¹ – não podemos estabelecer um limite demarcatório: é impossível dizer quando terminou o Latim e começou, por exemplo, o Português. O que é certo é que, depois de um período obscuro que precede o aparecimento dos primeiros textos escritos em Português, nos surge uma língua diferente da latina que lhe dera origem, mesclada de vestígios de diversas origens e marcada por uma feição especial e diferenciadora em relação às outras línguas da mesma raiz.
2. Ao afirmar-se, pois, que *o português vem do latim*, convém estabelecer com rigor *de que espécie de latim*. Efetivamente, é fenómeno comum nas línguas a diferença entre a *língua escrita* e a *língua falada*, diferença essa mais ou menos nítida, consoante os casos. Ora, entre o latim escrito e o falado essa diferença era tanto mais sensível quanto o primeiro (*latim clássico* ou *erudito*) era uma língua subordinada a um sistema gramatical complexo e rigidamente estruturado. O latim falado (*latim vulgar* ou *quotidiano*) era, portanto, mais solto dessa rigidez, mais sujeito a oscilações estilísticas e até dialetais. Foi, pois, este que primeiro se impôs aos povos vencidos pelos Romanos, através do seu contacto com as guarnições militares, os colonos civis, os mercadores, os funcionários administrativos, etc. A partir de certo momento, os Romanos abriram escolas em que era ensinada a linguagem erudita, mas o que se impusera ao uso fora já o *latim vulgar*, pronunciado com o sotaque próprio de cada grupo populacional, recebendo vocábulos das línguas faladas anteriormente, e assim a caminho de uma evolução lenta mas inevitável.
3. O *latim vulgar* dá, pois, origem a falares diferenciados em toda a extensão do Império Romano, os quais têm, todavia, em comum o fundo latino que predomina e do qual as populações têm consciência. Esse modo de falar é designado por *romanice loqui*, isto é, falar romanicamente, à maneira de Roma, por oposição aos falares bárbaros ainda existentes, ao árabe, ou, até, ao latim de Roma, diferente destes sucedâneos do *latim vulgar*. A expressão encurtou-se mais tarde sob a forma *romance* ou *romanceiro*, que designa, afinal, o falar, ou melhor, os falares que, derivados do latim vulgar, constituem uma fase primitiva das línguas românicas que viriam a formar-se. Ao mesmo tempo, o latim continuava a ser considerado a língua culta e prestigiosa, a única que merecia ser escrita, e surge uma língua de expressão escrita – o *latim bárbaro* – usada em documentos de carácter notarial ou tabeliônico. Trata-se de um latim corrupto, aproximativo quanto ao uso de terminações ou construções: um latim *errado*, em suma, recheado de expressões burocráticas estereotipadas. Através da comparação entre esta linguagem artificial e o próprio latim, podemos,

1 – Estas são, com efeito, as cinco línguas nacionais românicas, além das línguas não nacionais, como

o catalão, o provençal e os numerosos dialetos românicos.

no entanto, reconstituir as formas e construções *romances* que elas refletem e duma maneira indireta revelam. Estes textos têm, pois, um interesse filológico e linguístico, e levam-nos a reconstituir a fase “proto-histórica” das linguagens usadas e de que não há ainda textos escritos. (...)

4. O latim vulgar, sobrepondo-se às línguas preexistentes – os substratos – na România, foi, pois, modificado por elas e evoluiu de acordo com tendências articulatórias ou construtivas dessas línguas. Mais tarde, porém, sobrevivendo, com as invasões, o contacto com outros povos, não cessou de receber influências deles – os superestratos –, enriquecendo e modificando o vocabulário, uma vez que a estrutura gramatical estava mais ou menos fixada. Assim, o romance da região que viria a ser Portugal recebeu *vocábulos germânicos*, em virtude do domínio visigótico que só viria a cair com a invasão dos Árabes no século VIII – nomes comuns: *guerra, gado, ganhar*; nomes próprios: *Guilherme, Rodrigo, Elvira*, etc. Com a invasão e o domínio muçulmano, adotou vocábulos mouros: *algodão, nora, alfarroba, álcool*, etc. Mais tarde, com a expansão ultramarina, adotou vocábulos de origem exótica, sobretudo para designar produtos naturais e elementos da fauna e da flora dessas regiões: *chá, banana, canguru*, etc. (...) Além destas influências recíprocas, porque a língua portuguesa transmitiu vocábulos também às outras línguas – à medida que decorriam os séculos, iam-se tornando mais fáceis e estreitas as relações entre os povos e, desse modo, podemos citar como principais os seguintes estrangeirismos consagrados na nossa língua:

1. provençalismos e galicismos antigos (do séc. XIII ao séc. XIV);
2. castelhanismos (do séc. XV ao séc. XVII);
3. italianismos (séc. XVI);
4. galicismos (séc. XVIII);
5. anglicismos (séc. XIX).

Atualmente, observa-se o fenómeno de adoção de “palavras universais” para todas as línguas, sobretudo nos vocábulos que dizem respeito às grandes conquistas da técnica moderna.

Não esqueçamos também, sobretudo nos séculos XVI e XVII, a adoção dos neologismos latinos que vieram enriquecer a nossa língua com numerosos divergentes cultos.

Podemos concluir destas linhas sumárias que uma língua, como organismo vivo, não para de evoluir e a sua história é tão longa como a sua própria vida – e continua a fazer-se.

Maria Leonor C. Buescu, *Apontamentos de Literatura Portuguesa*

Proposta de atividades

1. Explique como conseguiram os Romanos impor a sua cultura e a sua civilização aos povos que dominaram.
2. Justifique a diferenciação entre as línguas românicas.
3. Estabeleça a distinção entre *latim clássico* e *latim vulgar*.
4. Explique a adesão dos povos vencidos pelos Romanos ao *latim vulgar*.
5. Defina *romance* ou *romanzo*.
6. Defina substrato e superestrato.
7. Resuma, obedecendo às técnicas do resumo, este texto sobre a história da língua portuguesa.
8. Refira alguns estrangeirismos que são “palavras universais” e entraram na nossa língua, com as quais convivemos diariamente.
9. Explique o significado da expressão: “a língua é um organismo vivo”.

Lírica provençal

A atividade comercial dos portos do Mediterrâneo, arvorados em cidades livres, o desenvolvido regime municipal, que permitiu a formação de poderosos focos mercantilistas, uma divisão mais racional da propriedade, um maior afrouxamento dos laços de dependência feudal, junto, naturalmente, a uma maior fertilidade do solo, fizeram do sul um país rico e de civilização fácil. O feitiço, ao mesmo tempo vibrante e pacificamente industrioso do meridional, vinha contribuir para isso. É conhecido o ditado, transmitido pelo cronista francês Raoul de Caen: *Franci ad bella, Provinciales ad victualia*, “os Franceses para a guerra, os Provençais para os comestíveis”. Por isso, no norte floresceu uma literatura de guerra, do tipo da canção de gesta, e no sul uma literatura familiar e confidencial, do tipo da canção de amor.

A situação florescente da economia privada favoreceu naturalmente a instalação de pequenos centros de cultura social, que foram adquirindo pouco a pouco extraordinária importância. Nos princípios do século XII, nos condados de Anju e de Tolosa e no ducado de Aquitânia, praticamente desligados do rei de França, a vida corria fácil e alegre; e os cronistas do tempo contam-nos maravilhas sobre a perdulária magnificência daqueles senhores folgazões.

Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa, Época Medieval*

Lírica galego-portuguesa

Quando dizemos “o nosso lirismo”, pretendemos significar o lirismo galego-português. E, se repararmos bem, fora de toda a preocupação nacionalista, as primeiras manifestações de arte trovadoresca e até os maiores trovadores, tirante D. Dinis, acusam o predomínio evidente do elemento galego sobre o elemento português, o que pode fazer supor que o foco irradiador da nova poesia esteja sobretudo na região de Além-Minho. Pelo menos, a procedência averiguada da maior parte dos trovadores assim o indica.

Teófilo Braga viu em 1902 o problema com clareza, quando dizia que era “pelo estudo da poesia galega que se podiam conhecer as formas do lirismo português” e que ainda depois da separação política “a cultura galega atuara na corte e na população de Entre Douro e Minho” (*História da poesia popular portuguesa*, I, 129, 138, 147, 207 e ss.). Infelizmente, o seu mal compreendido nacionalismo – um dos grandes defeitos da sua obra – levou-o a modificar em 1909 a sua opinião, em favor agora dum impulso português, que teria feito germinar, pela implantação da autonomia política, a nossa escola trovadoresca.

Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa, Época Medieval*

Lirismo galego-português

Mas há o português em verso, que é ainda mais interessante. Quem comparar o mais antigo texto em prosa, o auto de partilhas de 1192, com a cantiga considerada mais antiga, endereçada por Pai Soares de Taveirós à “Ribeirinha”, e que é certamente da mesma época, senão anterior, não

pode deixar de reconhecer a superioridade da linguagem poética sobre a linguagem escrita dos tabeliães. E também não pode deixar de reconhecer que a língua da poesia traduz melhor a fala viva e corrente do que o tosco instrumento de que se serviam os notários, cheio de fórmulas jurídicas e frases consagradas. É uma prova de que o movimento trovadoresco beneficiou altamente a língua, adaptando-a às novas necessidades da inteligência e do coração. Para traduzir os complicados sentimentos da alma dos trovadores foi preciso “criar” uma linguagem, que, na sua leveza e poder expressivo, excede em muito a prosa bárbara dos primeiros documentos.

Não há dúvida de que a nossa poesia trovadoresca surgiu por um impulso de imitação. Por meados do século XII florescia no sul de França, nas cortes da Provença, um lirismo requintado, cuja nota fundamental era a divinização da mulher e a influência benéfica do seu amor sobre os sentimentos morais do homem. Esse lirismo provençal alastrara por toda a Europa; os trovadores do sul de França procuravam na corte de príncipes generosos celebridade e manutenção. Frequentaram sobretudo as cortes de Itália e da Península Hispânica, onde exerceram influência e criaram discípulos. Não consta ao certo que nenhum tivesse vindo até aqui; mas a Catalunha e os reinos de Aragão, Leão e Castela eram poiso favorito para eles, e daí chegou até nós o eco da sua poesia.

As primeiras cantigas que se compuseram entre nós denunciam logo, no tema e na forma versificatória, a influência do lirismo provençal. Havia, contudo, em Portugal e na Galiza uma forte tradição de poesia lírica popular, velhos temas que celebravam as fontes, os rios, o mar, as romarias, as danças primaveris, as despedidas dos namorados ao romper da alva, etc. Essas cantigas eram bailadas, geralmente, a dois coros; de modo que a sua forma estrófica era paralelística e consistia num repetir dos mesmos versos, com variantes no fim. Que fizeram os nossos trovadores? Cultivaram embora a canção ao modo provençal, quase com todas as complicações do amor cortês; mas tomaram também esses temas e essas formas populares e compuseram com eles belíssimas cantigas.

Rodrigues Lapa, *Crestomatia Arcaica*

Proposta de atividades

1. Nos três textos anteriores, Rodrigues Lapa aborda a questão das origens da poesia lírica portuguesa.
 - 1.1. Depois da leitura cuidadosa de cada extrato, procure apreender as informações que lhe permitam elaborar um texto expositivo-argumentativo subordinado ao tema: **As origens da poesia lírica portuguesa.**

Vertentes da prosa medieval portuguesa: a historiografia

1. A historiografia

A prosa portuguesa desenvolve-se mais tardiamente do que a poesia. Enquanto nas cortes dos primeiros reis de Portugal (como também nas de Castela e de Leão) florescia a poesia dos trovadores e jograis, uma poesia em galego-português já requintada e consciente da sua qualidade artística, na prosa continuava ainda a utilizar-se o latim, consagrado pela Igreja Católica como língua oficial, e autorizado pelo exemplo da antiga Roma, cuja tradição cultural nunca se perdera ao longo da Idade Média.

O latim era, aliás, não só a língua dos teólogos, mas também a dos juristas. Só a partir do reinado de D. Dinis os documentos oficiais passaram a ser redigidos em português.

Foi também o latim a língua utilizada, durante os primeiros tempos da nacionalidade portuguesa, para a redação dos relatos históricos, a princípio apenas produzidos nos mosteiros – os grandes centros de atividade cultural durante a Idade Média, onde se conservara a tradição da historiografia latina.

1.1. Crónicas e Livros de Linhagens

Os textos mais antigos que hoje se conhecem contendo notícias relativas a Portugal ou ao que viria a ser Portugal (alguns ainda anteriores à fundação da nacionalidade) são velhos **anais** latinos, alguns deles redigidos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e outros em diversos estabelecimentos religiosos do território. Copiados, refundidos, acrescentados, em parte traduzidos para português, esses velhos relatos cronológicos, entre os quais são de salientar os que dizem respeito à vida e feitos de D. Afonso Henriques, são os mais remotos testemunhos que possuímos de prosa histórica produzida entre nós.

A historiografia portuguesa, porém, só adquire maior relevo no reinado de D. Dinis. O nosso rei poeta parece ter seguido, neste aspeto, o exemplo do seu avô, Afonso X de Castela e Leão. Além de cultivar a poesia, escrevendo, em galego-português, uma obra lírica valiosa, Afonso X dedicou com efeito à historiografia o seu melhor interesse, tendo promovido a tradução de obras de historiadores latinos e árabes com vista à preparação de uma *Crónica Geral de Espanha* que ele mesmo empreendeu e que havia de servir de modelo a idêntica obra produzida em Portugal. D. Dinis, seguindo as suas pisadas, manda traduzir para português diversas obras de interesse histórico: assim foi realizada a chamada *Crónica do Mouro Rasis*, em que se reúnem diversas obras, relativas às origens fabulosas e aos tempos da dominação romana, goda e muçulmana da Península Ibérica, da autoria do historiador hispano-árabe do século X, Ahmed Arrazi. Esta versão foi feita talvez ainda no século XIII ou começo do XIV pelo clérigo Gil Peres, que introduziu alterações no texto original; é a primeira crónica integralmente redigida em português.

A primeira tentativa realizada em Portugal de uma história geral da Península é a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, cuja iniciativa se deve com toda a probabilidade a D. Pedro, Conde de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis. Esta crónica, de que se perdeu a versão primitiva, inspira-se na *Crónica Geral de Espanha* de Afonso X, mas prolonga-a até época mais recente e aproveita fontes desconhecidas daquela. (...) Apresenta já apreciável relevo literário, sobretudo nos passos em que utiliza como fontes algumas narrativas em prosa baseadas em romances épicos jogralescos. Pelos recursos de estilo que mobiliza – diálogos vivos, suspensões que criam a expectativa do leitor, interrogações e exclamações retóricas – revela o domínio da arte de narrar que a prosa portuguesa começava já a possuir.

É também na época de D. Dinis que se inicia entre nós outro género histórico, este bem característico da Península, e em que a literatura portuguesa apresenta prioridade: *os nobiliários* ou *livros de linhagens*, relações da genealogia das principais famílias nobres do reino. Esses registos de nobreza foram inicialmente organizados com intuitos práticos: evitar uniões conjugais dentro das famílias (o direito canónico proibia os casamentos entre parentes até ao 6.º grau), assegurar a validade de certos direitos hereditários – e também conservar a memória dos feitos dos “filhos d’algo”, para exemplo e estímulo dos vindouros.

O que confere a estas obras interesse literário não é, naturalmente, a seca enumeração de nomes encadeados pelo parentesco, mas a introdução do relato de episódios – uns lendários, outros históricos – de que são protagonistas os senhores cuja genealogia se regista. Relatos como a lenda de Gaia (episódio romanesco da Reconquista cristã), a história da Dona Pé de Cabra, a da Mulher

Marinha e outros semelhantes dão um colorido maravilhoso a estas obras, e vieram a inspirar escritores como Alexandre Herculano e Garrett. Por outro lado, a narração ou simples notícia das doações e votos, das ásperas contendidas entre herdeiros, vinganças, raptos, proezas de cavalaria e atos de violência e crueldade fornecem uma visão colorida e movimentada da Idade Média portuguesa.

Proposta de atividades

1. Tendo por base os conhecimentos que adquiriu sobre a história da língua portuguesa, justifique o uso do latim em documentos oficiais e relatos históricos até ao reinado de D. Dinis.
2. Refira a importância do rei D. Dinis para a língua, a cultura e a literatura portuguesas.
3. Indique as duas primeiras obras de carácter histórico realizadas em Portugal.
4. Justifique o interesse literário destas obras de carácter histórico.

Lírica e Sátira Trovadorescas¹

A mais antiga manifestação do génio literário português é a poesia trovadoresca. A sua origem liga-se ao problema das fontes de todo o lirismo românico, questão delicada e obscura.

A explicação mais ampla deste lirismo é a que atende ao estado cultural e social da Europa medieval: cavalaria; vivacidade tradicionalista dos povos romanizados; estética dos poetas latinos que, como Ovídio, dispunham de uma sólida retórica ao serviço do amor e da natureza; o gosto da dança e do canto, andanças de guerra e feira; o culto de Maria comunicado à vida mundana.

Vitorino Nemésio, *A Poesia dos Trovadores*

Objetivos:

- Apreender os valores estéticos da poesia trovadoresca.
- Relacionar a poesia trovadoresca com o contexto histórico, social e cultural da Idade Média.

1 – Nas composições poéticas trovadorescas transcritas, utilizámos a antologia organizada por Vitorino Nemésio (VN), *A Poesia dos Trovadores*, a *Antologia Literária Comentada/Idade Média* (ALC), organizada por Ema Tarracha e a seleção de *Cantigas de Escárnio e Maldizer* feita por Peixoto da Fonseca (PF). Estas edições estão citadas na bibliografia. As siglas CBN, CV e CA correspondem, respetivamente, aos *Cancioneiros da Biblioteca Nacional, da Vaticana e da Ajuda*.

POESIA TROVADORESCA: PERIODIZAÇÃO¹

- **Período pré-alfonsino** – até 1254. Este período abrange as produções poéticas anteriores ao reinado de D. Afonso III de Portugal e de D. Afonso X de Castela (1253-1284).
- **Período alfonsino** – até 1280. Este período coincide com o reinado de D. Afonso III de Portugal (1248-1279) e com o reinado de D. Afonso X de Castela, sogro de D. Afonso III.
- **Período dionísio** – até 1300. Este período abrange as produções poéticas do reinado de D. Dinis (1279-1325).
- **Período pós-dionísio** – depois de 1300.



CANCIONEIROS MEDIEVAIS

A quase totalidade dos autores da poesia medieval e a maior parte das composições poéticas medievais foram preservados por dois volumosos cancioneiros copiados em Itália, na primeira metade do século XVI, e por um cancioneiro de dimensões mais reduzidas.

O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* foi conhecido até 1924 sob a designação de *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, associando o nome do humanista que o mandou copiar no século XVI ao da família condal que o possuía na segunda metade do século XIX. Recebeu a nova designação ao ser incorporado na Biblioteca Nacional na data acima indicada. Este cancioneiro, o mais completo dos que se conhecem até hoje, é precedido por um pequeno tratado de poética, *Arte de Trovar*, cuja função seria a de dar algumas informações aos leitores desta compilação sobre os géneros poéticos nela presentes. Contém 1664 composições atribuíveis a cerca de 150 trovadores.

Músicos medievais



Sarau medieval

O *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* foi igualmente mandado copiar por Angelo Colocci e deve o seu nome ao facto de se encontrar na Biblioteca do Vaticano. Contém cerca de 1200 cantigas, atribuíveis a aproximadamente 130 autores. Foi descoberto no século XIX. Há composições que são comuns a estes dois cancioneiros.

O *Cancioneiro da Ajuda*, no estado em que nos chegou, alberga pouco mais de trezentas cantigas, todas elas de amor, de perto de 40 autores diferentes. Este cancioneiro foi conhecido inicialmente por *Cancioneiro do Colégio dos Nobres* e adotou a designação atual com a sua transferência para a Biblioteca Nacional do Palácio da Ajuda. Foi editado e estudado nos inícios deste século por Carolina M. de Vasconcelos. Atendendo à grafia das composições, tem sido situado no último quartel do século XIII. É um códice em pergaminho, embelezado por iluminuras e iniciais ornadas.

1 – Divisão estabelecida de acordo com as datas fixadas pela filóloga Carolina M. de Vasconcelos.

ARTE POÉTICA TROVADORESCA¹

1. Definições da *Arte de Trovar*

*E porque algumas cantigas i há en que falam eles e elas outrossi, per en he bem de entenderdes se som **d'amor**, se **d'amigo**: porque sabede que, se eles falam na prima cobra e elas na outra he d'amor, porque se move a razon d'ele (como vos ante dissemos); e se elas falam na primeira cobra, é outrossi d'amigo, e se ambos falam em ua cobra, outrossi é segundo qual deles fala na cobra primeiro.*

Arte de Trovar (introdução ao CBN), cap. IV

Cantigas d'escarneio som aquelas que os trovadores fazem querendo dizer mal d'alguen en elas, e dizem-lho per palavras cubertas que hajan **dous entendimentos**, pera lhe-lo non entenderen... ligeiramente: e estas palavras chamam os clérigos "hequivocatio". E estas cantigas se podem fazer outrossi de mestria ou de refram.

(...) **Cantigas de maldizer** son aquelas que fazem os trovadores **descubertamente**: em elas entrarão palavras em que querem dizer mal e nom averám outro entendimento se nom aquel que querem dizer chãamente.

Arte de Trovar, caps. V e VI

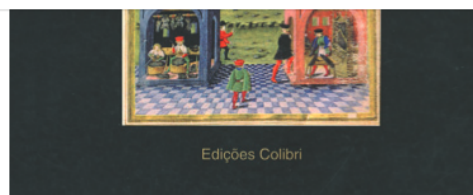
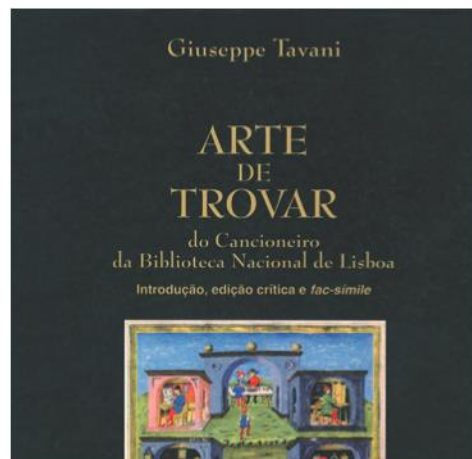
Outras cantigas fazem os trovadores que chamam **tenções**, porque son feitas per maneiras de razom que um haja contra outro, en que el diga aquilo que por bem tener na primeira cobra, e o outro rsponda-lhe na outra dizendo o contraíro.

Estas se podem fazer d'amor ou d'amigo ou d'escarnho ou de maldizer, pero que devem de ser de mestria.

Arte de Trovar, cap. VII

Porque alguns trovadores, pera mostrarem moor mestria, meterom, en sas cantigas que fezeron, una palavra que nom rimasse com as outras, e chamam-lhe "**palavra perduda**". E esta palavra pode meter o trovador no começo ou no meio, ou na cima da cobra, em qual logar quiser.

Arte de Trovar, cap. II do quarto capítulo



1 – Os primeiros fólhos do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* contêm um tratado anónimo de poética, a chamada *Poética Fragmentária* ou *Arte de Trovar*.

Este tratado é muito incompleto e levanta muitos problemas de interpretação.

2. Glossário de conceitos essenciais

Pastorela – cantigas de origem provençal, geralmente iniciadas pela fala do cavaleiro que declara o seu amor a uma pastora. Este género, entre nós, adquiriu algumas características das cantigas de amigo – ambiente rústico, simplicidade da donzela –, pelo que se integram, habitualmente, neste género de composições trovadorescas.

Serventês – composições que refletem a influência provençal (*sirventés* ou *serventois* provençal) e que servem para exprimir ideias morais ou a sátira pessoal, literária, política ou social.

Copla ou cobra – estrofe.

Coplas uníssonas – estrofes que obedecem ao mesmo esquema rimático, numa determinada composição poética.

Coplas singulares – cada estrofe da composição poética possui um esquema rimático diferente.



Fac-símile de uma página do manuscrito da *Arte de Trovar*, do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*

Coplas monórrimas – cada estrofe mantém a mesma vogal rimática.

Paralelismo – repetição estrutural e/ou semântica. Repetição na estrofe par da ideia da estrofe ímpar, havendo uma semelhança formal. O processo encadeia-se de modo a constituir uma unidade rítmica e semântica.

Refrão – repetição de um ou mais versos no fim de cada copla.

Leixa-pren – repetição do 2.º verso da 1.ª estrofe no 1.º verso da 3.ª estrofe e do 2.º verso da 2.ª estrofe no 1.º verso da 4.ª estrofe, e assim sucessivamente.

Finda – estrofe curta que remata a composição poética.

Encavalgamento ou transporte – processo poético que consiste em completar a ideia de um verso no verso seguinte, não coincidindo, portanto, a pausa métrica com a pausa sintática.

Atafinda – processo poético que consiste em levar o pensamento, ininterruptamente, até ao fim da cantiga, usando para isso o processo de encavalgamento na articulação das estrofes. A *Arte de Trovar* designava estas composições “ateudas”.

Dobre – emprego da mesma palavra, na mesma posição no verso, em diferentes coplas.

Mordobre ou mozdobre (*mots doble* = palavra dupla) – emprego repetido de diferentes flexões de uma determinada palavra.

Proposta de atividades

1. À medida que for lendo as composições poéticas medievais, consulte esta **Arte Poética** para poder identificar os processos formais utilizados pelos trovadores e para classificar as *cantigas*.